

20 NOV 1985

Inovando para pro

CONGRESSO

GAZETA MERCANTIL

Segundo turno da convocação da Constituinte começaria amanhã

por Helena Daltro
de Brasília

A discussão dos parlamentares sobre a realização de uma Constituinte exclusiva ou congressual está, mais uma vez, atrasando os trabalhos do Legislativo para votar o substitutivo do deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR) à emenda do governo que convoca a Constituinte. O primeiro turno de votação da Constituinte foi esgotado em outubro, em sessões conturbadas no Congresso. O segundo turno de votação deveria ter iniciado ontem, mas talvez só possa ir a Plenário amanhã, devido a uma votação de requerimento encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, reunida ontem sem decidir o assunto.

A questão da Constituinte exclusiva ou congressual divide praticamente todos os partidos, excluindo os pequenos. Uma parte do PMDB, do PDS e do PFL e o PT da Câmara querem a Constituinte autônoma ou exclusiva, sem o funcionamento do Senado e da Câmara. Por essa proposta, a Constituinte teria poderes absolutos e legislaria ou decidiria as formas de legis-



João Gilberto

lar sobre matérias ordinárias, além das constitucionais.

Essa proposta vai de encontro à diretriz e à mensagem do presidente José Sarney, bem como ao substitutivo do deputado Valmor Giavarina. No Senado, é unânime a oposição à Constituinte exclusiva, pois os 23 senadores eleitos em 1982, cujo mandato encerra em 1988, temem não participar da Constituinte se for aprovada a proposta. Isso porque, para aprovar a Constituinte exclusiva, o Congresso votaria em favor do destaque que supri-

me a expressão do parágrafo primeiro do substitutivo Giavarina, "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", o que retira automaticamente os poderes do Senado e da Câmara. O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), terceiro secretário da mesa do Senado, acha perigoso aprovar esse destaque, pois as duas Casas "ficariam acéfalas e sem poderes".

O deputado João Gilberto (PMDB-RS), especialista em assuntos constitucionais não enxerga esse perigo temido pelos senadores. Para o deputado, está garantida a participação dos senadores eleito em 1982, pois o artigo primeiro do substitutivo deixa claro que "os membros da Câmara e do Senado se reunirão unicameralmente em Assembléia Nacional Constituinte".

Numa reunião entre o líder do PMDB na Câmara e a bancada do partido, ontem pela manhã, ficou decidido, sem unanimidade entre os deputados, que se retira a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" do texto de Giavarina, mas que isso não significa uma Constituinte exclusiva, e

sim "exclusiva mas eleita congressualmente". Esse, segundo Gilberto, foi um artifício regimental encontrado para agradar as duas partes que discordam sobre o tema.

A bancada do PMDB, contudo, resolveu votar em favor desse destaque feito pelo deputado José Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e levado a Plenário pelo líder do partido, Prisco Viana.

A comissão de Constituição e Justiça da Câmara reúne-se novamente hoje, às 18 horas, para decidir se o Plenário precisará ou não de dois terços de votos para retirar a expressão destacada pelo PDS. João Gilberto ressalva, contudo, que o adiamento dessa decisão de ontem para hoje, pela comissão, não tem efeito suspensivo na votação da Constituinte em Plenário, e que o presidente do Congresso, José Fragelli, poderá decidir sobre o início da votação em segundo turno.

Outras questões polêmicas do substitutivo continuam sendo a anistia para servidores civis e militares e o prazo de desincompatibilização de ministros e governadores que queiram candidatar-se à Constituinte.

ALIANÇAS

ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
037